

Extensão Popular Feminista por uma Universidade Democrática e Emancipatória

Feminist Popular Extension towards a Democratic and Emancipatory University

Diego Nepomuceno Nardi

Mestrando em Desenvolvimento Social e Cultura pela Universidade de Nagoya, Japão.
E-mail: dnardi@gmail.com.

Lívia Gimenes Dias da Fonseca

Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília, Brasil. E-mail: liviagdf@gmail.com.

Renata Cristina de Faria Gonçalves Costa

Mestranda em Direito pela Universidade de Brasília, Brasil. E-mail: renatacfcg@gmail.com.

Artigo recebido em 31/08/2014 e aceito em 6/11/2014.

Resumo

Reconhecendo a centralidade da Extensão Popular para as universidades e prática de desenvolvimento comunitário na América Latina, o artigo olha para a experiência do Projeto de Extensão Popular Promotoras Legais Populares do Distrito Federal baseado em uma abordagem paulofreiriana de educação popular em direitos humanos voltada para a formação de líderes comunitárias capazes de empenhar-se na luta contra a violência de gênero em suas comunidades.

Palavras-chave: Educação popular, gênero, direitos humanos.

Abstract

Recognizing the centrality of Popular Extension for universities and community development practice in Latin America, this paper looks upon the experience of the Popular Extension Project Popular Legal Promoters of Federal District which is based on a freirean approach to popular education on human rights and which is focused on the formation of community leaders able to engage themselves on tackling gender based violence within their communities.

Key-words: Popular education, gender, human rights.

Introdução

Em setembro de 2013, as estudantes da 91ª turma da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília tomaram a decisão política de homenagear em sua formatura de graduação quem é constantemente apresentado e construído como externo à Universidade: a comunidade.

Para alguns, uma decisão singela, mas simbolicamente poderosa: dentro de um ritual que constantemente elege como homenageados homens brancos e engravatados, escolheu-se uma mulher que não compõe os quadros formais da Universidade. Uma mulher que se diz simples, militante dos direitos das mulheres, moradora da Ceilândia. Para quem tem a oportunidade de aprender e construir com ela, uma líder comunitária, uma feminista que faz da sua voz a reverberação de tantas outras. Magnólia é uma Promotora Legal Popular, e desde 2005 tem atuado ativamente na luta pelos direitos das mulheres. Um reconhecimento devido e necessário para quem há quase dez anos contribui para fazer avançar a educação popular e para construção de uma Universidade e sociedade feministas.

A homenagem veio em um momento de relevância simbólica. Em 2014 o projeto de extensão popular “Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direitos Humanos e Cidadania - Promotoras Legais Populares”, que tem como principal ação a realização do curso de Promotoras Legais Populares do Distrito Federal (PLPs/DF), completa dez anos, e é dentro desse contexto que o presente artigo se insere.

Passados mais de 25 anos desde a promulgação da Constituição Cidadã que instituiu as bases da Universidade brasileira, as crises de hegemonia, legitimidade e institucionalidade (SANTOS, 2008) pelas quais passam instituições de ensino superior por todo o mundo faz-se presente na atual disputa que se desenrola em torno de projetos distintos de Universidade no Brasil. Se por um lado busca-se expandir o acesso ao ensino superior em termos quantitativos ao mesmo tempo em que se implementam políticas nacionais de ação afirmativa, por outro, há uma crescente mercantilização do

ensino através da privatização e de pressões para que Universidades Públicas se aproximem da iniciativa privada buscando complementar seus orçamentos.

Longe de serem relações não problemáticas, as aproximações com o setor capitalista privado marcam a ascensão da produtividade e eficiência como parâmetros centrais de organização da Universidade e suas atividades (GIROUX, 2002). Em oposição a modelos democráticos de gestão universitária e produção do conhecimento, impõe-se às universidades hierarquias corporativas através da reprodução de teorias provindas da administração empresarial no que concerne à organização institucional, ao mesmo tempo em que: a) se estrutura o ensino como treinamento de mão de obra qualificada para um mercado de trabalho vez mais precarizado; b) se concebe a produção de conhecimento como produção de “conhecimento necessário ao desenvolvimento tecnológico que torne possível os ganhos de produtividade e de competitividade das empresas” (SANTOS, 2008, p. 77), vistas como o grande nicho consumidor da universidade mercantilizada; e c) se apropria da extensão universitária para promoção de “atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra orçamentários” (SANTOS, 2008, p. 77).

Contra as tendências de operacionalização da Universidade para satisfazer as demandas dos mercados, esvaziando-a do seu potencial crítico e distanciando-a do engajamento necessário com a democracia, surgem práticas de resistência que buscam construir outras formas de ser e pensar no e com o mundo (WALSH, 2013), dentre as quais se encontra a extensão popular.

O ponto de partida do presente trabalho é aquele que vê na extensão popular uma prática insurgente na medida em que desestabiliza o conceito tradicional de universidade e confronta formas hegemônicas de produção e circulação do conhecimento. Questiona as hierarquias existentes em relação à autoridade dos discursos acadêmico-científicos, assim como enfrenta o crescente desengajamento da Universidade que tem sido promovido sob o argumento da autonomia. No entanto, fossem apenas essas suas características, em muito pouco se diferenciaria a prática da extensão popular

e o projeto de Universidade que se pauta pela mercantilização do ensino e da produção de conhecimento. Afinal, a sua maneira, o paradigma da eficiência e produtividade característicos das universidade mercantilizada também persegue uma certa democratização externa da Universidade. Porém, trata-se de democratização parcial, mera tentativa de derrubar barreiras que, se por um lado impedem uma revolução democrática das universidades, também impedem as constantes tentativas de apropriação da Universidade pelo mundo dos negócios¹.

O aspecto diferencial da Extensão Popular é sua completa resistência ao modelo corporativista e sua potencialidade para engajar a Universidade na construção de projetos emancipatórios de sociedade.

Enquanto se tenta impor a produção disciplinada do conhecimento transformado em mercadoria, a extensão popular é marcada pela indisciplina, por uma prática que sempre põe em movimento as fronteiras entre o externo e o interno da Universidade, buscando construir relações dinâmicas com sujeitos cujas identidades e modos de vida apenas entram no campo do discurso corporativo ou quando passam a constituir um mercado lucrativo ou quando precisam ser desarticulados/reapropriados por resistirem às suas investidas².

Ao abrir a Universidade para grupos excluídos do campo hegemônico estruturado em torno das relações de consumo, a extensão popular é intrinsecamente improdutiva e não-eficaz quando vista a partir do modelo da universidade-empresa: não há lucro, não há desdobramento de relações de consumo. Há, sobretudo, relações de solidariedade para a produção coletiva

¹ “O apelo à democracia externa é ambíguo porque é feito por grupos sociais diferentes com interesses contraditórios. Por um lado, o apelo vem do mercado educacional que invoca o déficit (sic) democrático da universidade ou para justificar a necessidade de ampliar o acesso à universidade, o que só é possível mediante a privatização da universidade, ou para defender a maior aproximação da universidade à indústria. Em ambos os casos, a democratização externa implica uma nova relação da universidade com o mundo dos negócios e, em última instância, a transformação da universidade num negócio” (SANTOS, 2002, p. 75).

² Basta lembrar das recentes remoções de comunidades realizadas no Brasil em decorrência da Copa do Mundo, ou o emblemático caso de Belo Monte e os impactos em populações ribeirinhas e indígenas.

de outras realidades que não essa que se insiste em apresentar como o fim da história.

Nesse sentido, o presente artigo marca um movimento inicial de se voltar aos dez anos de experiência do projeto de extensão popular “Promotoras Legais Populares do Distrito Federal” (PLPs/DF) e analisá-lo criticamente, buscando compreender em que medida ele colabora ou não com a construção de uma universidade democrática e emancipatória. Ainda, como o projeto busca colaborar para o enfrentamento e superação da violência de gênero.

Nos parágrafos a seguir, a partir de uma visão insurgente da extensão popular, buscamos compreender se o projeto PLPs/DF se constitui como uma alternativa para fazer avançar a democratização externa e interna da Universidade a partir de uma perspectiva emancipatória e democrática. Para tanto, focamos a) na compreensão da maneira através da qual é promovida a troca de saberes entre as diversas participantes do projeto, com foco na relação universidade-comunidade; b) na compreensão da maneira através da qual o projeto se constitui como um espaço de formação de agentes multiplicadoras; e c) na compreensão sobre o engajamento do projeto em produções e debates acadêmicos sobre violência doméstica, educação popular e educação jurídica.

2. O projeto de extensão popular “Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direitos Humanos e Cidadania - Promotoras Legais Populares” (PLPs/DF) como prática de O Direito achado na Rua.

O projeto de extensão “Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Direitos Humanos e Cidadania - Promotoras Legais Populares” (PLPs/DF) é um projeto de educação popular em direitos integrado ao Núcleo de Prática Jurídica da Universidade de Brasília (NPJ/UnB) em Ceilândia/DF, coordenado por uma parceria entre a UnB e o Ministério Público do Distrito Federal e

Territórios (MPDFT). Como tal, o projeto se compreende como um espaço de produção de um novo saber sistematizado a partir do diálogo entre o conhecimento acadêmico e popular por meio do qual se busca produzir novas formas de um conhecer interdisciplinar que reconhece as mulheres e os movimentos feministas como sujeitos produtores de direitos.

A proposta deste projeto tem início em 2004 como fruto de resistência ao ambiente do qual emerge. Violações aos direitos das mulheres somados à percepção da insuficiência da educação universitária para lidar com esses temas foram algumas das molas que propulsionaram o surgimento das PLPs no Distrito Federal de forma vinculada à Universidade e aos anseios de estudantes da Faculdade de Direito da UnB que buscavam transpor os “rígidos limites do conhecimento acadêmico-jurídico” (TOKARSKI, 2011, p. 109).

O meio universitário abriga uma profunda descrença nos seres humanos que não possuam uma educação formal, considerados como incapazes. Esta (auto)desvalia é somada com outros preconceitos, como de classe, gênero, sexista e racismo, ou seja, para que estas pessoas sejam tidas “como absolutamente ignorantes, é necessário que haja quem as considere assim” (FREIRE, 2006, p. 65).

A proposta extensionista realizada pelo projeto PLPs tem como base a crítica a esta descrença e as formas de atuação assistencialistas que veem as pessoas como “objeto” de sua prática, ou seja, como “coisas”, que estariam ali para apenas receber informações e outras “benesses” elaboradas pela ciência numa concepção civilizatória colonialista.

A concepção de Direito pela qual se baseia a atuação do projeto é a construída pela linha teórica O Direito Achado na Rua. Seu principal referencial teórico, Roberto Lyra Filho, propõe quebrar com a noção de que as pessoas, em relação ao Direito, somente possam ser objetos de uma atuação do Estado, mas não sujeitos da mesma³.

³ Assim, o que se segue é uma explicação desta teoria, independente de outros marcos ou leituras que possam ser feitas acerca do mesmo debate, pois o objetivo é expor o pensamento sobre o Direito em que se baseia o projeto objeto deste estudo.

Segundo Lyra Filho (1980, p. 15), as duas teorias hegemônicas acerca do que seria o Direito, o jusnaturalismo e o positivismo, apesar de serem diversas, possuem como ponto em que se igualam o fato de manterem o povo submetido a um suposto contrato social. O jusnaturalismo racional tenta definir uma “essência” do ser humano que serviria para avaliar se uma norma possa ser boa, válida e legítima, todavia, ao ser positivada em forma de pacto social, essa “essência” acaba sendo racionalizada dentro de normas e delimitando ao Estado o poder de dizê-la (LYRA FILHO, 1995, p. 29).

A outra tese do jusnaturalismo, a teológica, também acabava desenhando “uma pirâmide que lembra a de Kelsen” (LYRA FILHO, 1980, p. 20). Enquanto o jusnaturalismo teológico coloca na ponta “Deus”, no positivismo se coloca o Estado (LYRA FILHO, 1980, p. 20-21). Dessa forma, nos dois casos a definição do conteúdo do Direito vem de cima para baixo, ou seja, das classes dominantes sobre o povo, de dever obediência e possuir limitados direitos subjetivos sobre a sua reduzida liberdade pela realidade de opressão em que se encontram.

A ciência moderna tem realizado um importante papel na consolidação deste dogma de que o Direito estaria circunscrito apenas a produção estatal. Ela o faz, principalmente, por meio da legitimação da noção de “discurso competente” que seria o discurso em verdade conveniente às classes dominantes que teriam um instrumento para impor os seus interesses para as demais pessoas, a partir de uma imagem da realidade “que lhe é mais favorável” (LYRA FILHO, 1995, p. 17).

Todavia, a criação de novos instrumentos jurídicos somente é possível a partir da (re)criação da própria noção de justiça e da ampliação do conceito de Direito. Estes dois conceitos não podem ser reduzidos “à ordem estabelecida” se o interesse está na criação de um Direito que seja libertação. Para tanto, é necessário vincular a produção do Direito na ação do oprimido e da oprimida para a destituição de sua condição enquanto tal num “auto exercício de

participação como sujeito determinante, ativo e soberano, da direção de seu próprio destino” (SOUSA JUNIOR, 1993, p. 130).

Neste sentido, Lyra Filho (1995) propõe o “humanismo dialético” que a partir da dialética percebe que paralelamente à organização social instituída haveria um “processo de desorganização, que interfere naquela, mostrando a ineficácia relativa e a ilegitimidade das normas dominantes e propondo outras, efetivamente vividas, em setores mais ou menos amplos da vida social” (LYRA FILHO, 1995, p. 76).

Essa percepção do Direito dentro do processo dialético foi criticada pelos marxistas que tinham uma leitura estrita de Marx de que o âmbito jurídico estaria “restrito a derivações superestruturais e, em última análise, às leis do Estado”(LYRA FILHO, 1983, p. 65). Para Lyra Filho (1983), aquilo que identificamos dentro do Estado como estruturas normativas que sirvam à dominação e o controle social não devem ser denominadas como Direito. Isto porque, aceitar estas estruturas como “Direito” é uma forma de reforçá-las e fazer com que “todas as contradições possíveis e efetivas e todo o seu limitado poder de reagir sobre o que ‘determina’, permanece ligado ‘em última análise’, ‘às leis e costumes da classe dominante’” (LYRA FILHO, 1983, p. 65-66).

Ainda Roberto Lyra Filho (1983, p.70) aponta que contraditoriamente, na fundação de Estados, denominados como “socialistas”, os mesmos autores desta teoria agarraram-se ao “legalismo”, impedindo que o povo pudesse de fato realizar uma autogestão, mantendo-o sob a gestão de quem ocupava o Estado. Lyra Filho também chama a atenção para o fato de que Marx não teria elaborado uma teoria clara de sua concepção sobre o Direito. Muitos momentos ele trata do Direito se referindo “às normas estatais e consuetudinárias burguesas” e o problema da igualdade formal burguesa, mas também por vezes em algumas passagens de sua obra ele trata do “direito contra direito” que seria a visão dialética do processo jurídico (LYRA FILHO, 1983, p. 97).

Lyra Filho (1995, p. 73) explica que cada sociedade no instante em que estabelece o seu modo de produção, com a cisão de classes, inaugura uma dialética que é jurídica também, já que, por exemplo, os direitos dos trabalhadores/as explorados/as contradizem o “direito” (normas estatais) burguês capitalista.

Desse modo, “o materialismo histórico de Marx e Engels é constatativo e não normativo” (KONDER, 2005, p. 68). A dialética é um método que nos incita a rever “o passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro, o que está sendo em nome do que ‘ainda não é’” (KONDER, 2005, p. 84).

O Direito, segundo Lyra Filho (1995, p. 82), inserido no processo histórico “não é”, seria sempre um “vir a ser”, não pode ser tomado como algo feito, perfeito e acabado, pois será sempre atualizado e enriquecido pelos movimentos de libertação daqueles e daquelas coisificados/as pelas explorações e opressões que os/as negam enquanto sujeitos históricos, porém “de cujas próprias contradições brotarão as novas conquistas” (Lyra Filho, 1995, p. 86).

Nesta direção, o jurídico se realiza dentro do processo histórico das lutas sociais de “reorganização da liberdade” que atualizam a compreensão de Justiça social. A Justiça nada teria assim de “ideal, metafísica, abstrata, vaga, que a classe e grupos dominantes invocam para tentar justificar as normas, os costumes, as leis, os códigos da sua dominação” (Lyra Filho, 1995, p. 81-82). A Justiça não é um ente abstrato, mas é “substância atualizada do Direito” (Lyra Filho, 1995, p. 87), isto é, a realização da libertação na história presente.

A norma é a lei interpretada, com sentido concreto, e este sentido pode também ser construído como forma de manutenção da ordem de dominação ou como fundamento de libertação, todavia, ela por si só não é Direito, mas pode vir a ser a sua expressão quando tiver interpretado em seu conteúdo um sentido justo. Quando atua no sentido da negação do justo, isto é, no reforço de uma dada condição de opressão, a norma expressa um Anti-Direito.

A norma jurídica, portanto, não se dá no vazio e nem é uma representação definitiva do Direito. Em verdade, ela seria a “síntese jurídica” que atua não como “cristalização ideológica”, mas sim como “vetor histórico-social” da caminhada histórica da humanidade e como resultante “final” do estado presente do processo, mas não acabado, pois “se reinsere, imediatamente, no processo mesmo, uma vez que a história não pára” (Lyra Filho, 1995, p. 78).

Para Lyra Filho, o Direito é o produto de articulações da própria sociedade, em especial dos movimentos sociais, na sua atuação para a destituição de realidades opressoras e, assim, injustas por negar aos indivíduos a sua plena realização. A “rua” seria o símbolo do espaço público como local privilegiado do exercício da cidadania.

Neste sentido, a teoria de O Direito achado na Rua, em que o projeto de Promotoras Legais Populares baseia a sua atuação, permite ter nas mulheres sujeitos de produção de Direito, numa postura ativa perante o Estado e crítica perante a legalidade instituída por este ente, de modo a serem capazes de pensar normas e políticas públicas que sirvam a libertação das mulheres de toda a forma de violência e opressão.

3. Metodologia

Este artigo integra acervo de dados mais amplo reunidos em um conjunto de pesquisas dedicadas à comemoração dos 10 anos de implantação do Projeto PLPs no Distrito Federal⁴. Nesse sentido, o material empírico aqui utilizado incorpora novos dados a fim de que sejam utilizados e aprofundados futuramente pela equipe e integrantes do projeto em outras publicações.

⁴ Esse conjunto de pesquisas se materializa por meio de Projetos de Iniciação Científica de extensionistas vinculadas ao Projeto pelo Decanato de Extensão e Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, sob a orientação do prof. Dr. José Geraldo Sousa Junior, responsável pelo “Projeto de Pesquisa sobre o impacto na promoção e efetivação dos direitos das mulheres no Distrito Federal e Entorno nos 10 anos do projeto de extensão ‘Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direitos Humanos e Cidadania – Promotoras Legais Populares’ da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília”.

Adota-se uma perspectiva de método qualitativo numa tentativa de captar interações, opiniões e comportamentos sem pretensão numérica ou representativa, mas sim de profundidade e detalhamento (SAMPIERE, et al., 2013). A intenção foi de captar pontos de vista sobre as relações entre universidade e comunidade, sobre a atuação das PLPs/DF e sobre perspectivas para aprofundamento dessas interações, motivo pelo qual foi escolhida a técnica do grupo focal⁵.

Esses pontos de vista, não representativos, podem ser lidos como indicativos ou ainda como tendências a respeito de como as PLPs enxergam o curso e sua relação com a Universidade. O fato de a presença das mulheres no grupo focal ter se dado ao acaso, é dizer, sem que houvesse por parte dos/as pesquisadores uma seleção de PLPs específicas para composição do grupo é um dos fatores que contribui para essa leitura dos dados. Essa postura diante do material – que será aprofundado na mencionada pesquisa dos 10 anos do projeto - não possibilita assertivas definitivas sobre os temas abordados, mas permite delinear olhares significativos, a respeito dos caminhos que o projeto tem tomado.

O encontro foi realizado na manhã do dia 15 de março de 2014, data escolhida pelas próprias mulheres para reunião do Fórum de PLPs. Dias antes, entramos em contato por telefone e e-mail com as mulheres que estariam nesta manhã para perguntar se poderíamos, ao final da reunião, realizar o grupo focal. Na ocasião explicamos os propósitos e garantimos o anonimato das participantes, as quais concordaram com a nossa presença.

No dia combinado, ao final da reunião do Fórum, realizada no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade de Brasília, Ceilândia, Distrito Federal, iniciamos o grupo focal com as mulheres que se disponibilizaram a ficar mais tempo. O grupo se organizou em torno de um roteiro de perguntas

⁵ Grupo focal é uma técnica investigativa com o objetivo de “identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade.” (DIAS, 2000, p. 3).

semiabertas contendo os temas centrais deste artigo. Ao todo, a duração das falas – gravadas em áudio - somou aproximadamente uma hora.

A execução dessa etapa contou com seis Promotoras Legais Populares formadas, integrantes do Fórum de PLPs. Sobre a qualificação das participantes tem-se uma variedade de turmas (3ª, 7ª, 8ª, 9ª) com mulheres de idades diversas (entre 20 e 30 anos, entre 30 e 40 anos, e com mais de 60 anos, pertencentes a classe média e pobre), dentre brancas, negras e pardas. Importante registrar que desse grupo de seis PLPs, uma delas foi extensionista do projeto, se formou e continuou participando enquanto PLP do Fórum. Portanto, sua participação no grupo focal permitiu a introdução de debates sobre universidade a partir da sua experiência como estudante de Direito da Universidade de Brasília.

A análise dos dados qualitativos foi feita por meio de codificação, nos moldes de Graham R. Gibbs (2009)⁶. Nesse sentido, as leituras dos dados transcritos a partir da coleta no grupo focal buscaram elaborar códigos, ou seja, categorias analíticas e descritivas para sistematizar os resultados neste artigo. Os três códigos principais que guiaram o olhar sobre o tema deste artigo, é dizer, sobre a possibilidade de construção de uma Universidade democrática e emancipatória, foram: i) a troca de saberes; ii) a luta por direitos; e, por fim, iii) uma educação jurídica crítica.

Assim, a partir dessa codificação foi estruturado este artigo em três análises voltadas para os códigos construídos com as falas das participantes do grupo focal.

⁶ Neste estudo, a codificação se movimentou entre a codificação por conceitos e a codificação por dados (GIBBS, 2009). Dessa forma, a leitura da transcrição foi realizada de maneira a buscar nas próprias falas a formação de conceitos e ideias, porém, como nenhum pesquisador ou pesquisadora é desconectado de pressupostos teóricos, as análises surgem não apenas do material bruto coletado, mas também da própria sofisticação e bagagem teórica trazida anteriormente ao estudo realizado, mesclando, portanto, a utilização de categorias surgidas a partir de conceitos teóricos acumulados e categorias emergentes dos próprios dados empíricos coletados (GIBBS, 2009).

4. A extensão universitária como espaço de troca de saberes entre Universidade e Comunidade.

Um dos desafios da educação que se pretenda libertadora é o rompimento com as práticas metodológicas educativas tradicionais. Isso quer dizer que não basta a intenção do diálogo, mas é necessário criar condições para que este se realize.

Um dos instrumentos da prática dialógica são os círculos de cultura como um espaço horizontal de aprendizagem fundada na prática do diálogo problematizador, ao invés da presença de um professor ou professora, os debates são organizados por um/a coordenador/a ou oficinaira/o de modo a garantir a participação de todos e todas e a problematização dos temas levantados.

Quanto aos temas, estes não seguem um “programa de curso” como na educação bancária. O conteúdo programático para ação educadora libertadora deve ser construído a partir do “universo temático” descoberto na própria realidade em que os/as oprimidos/as encontram-se submersos (FREIRE, 1975, p. 98).

Deste universo se retira os “temas geradores” do diálogo problematizador que envolvem as “situações-limites” e que “contêm em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas” (FREIRE, 1975, p. 110) como “atos-limites” e “podem ser localizados em círculos concêntricos, que partem do mais geral ao mais particular” (FREIRE, 1975, p. 110).

Assim, no curso de PLPs/DF, as oficinas são metodologicamente pensadas para possibilitar o empoderamento das mulheres e a socialização de conhecimentos a partir da valorização, não apenas do saber técnico-jurídico ou acadêmico, mas dos saberes populares advindos da experiência e da vida cotidiana. As oficinas do curso são pensadas pela coordenação de maneira a proporcionar a todas um espaço ativo de fala a fim de que se libertem da

antiga forma tradicional de educação em que um/a ensina e o/a outro/a aprende.

Nesse sentido aponta uma das PLPs no grupo focal que a organização do curso tende a favorecer esses espaços de troca. Nesse sentido, ela afirma que:

“PLP 1: Eu gostei muito da troca de saberes entre as alunas. As quem dão o curso, as coordenadoras, as alunas da UnB, essa troca de conhecimento, as reflexões, é uma socialização de conhecimento mesmo. Cada uma fala o que pensa, traz um conhecimento completamente diferente da outra. Então é uma troca mesmo. Eu achei muito interessante essa parte: não é só você ouvir, ouvir e ouvir. Você tem o direito de falar, elas davam voz para gente falar.”

Para fortalecer essa proposta de troca de saberes e construção dialógica de conhecimento, a partir da concepção de um “círculo de cultura”, a disposição das cadeiras no auditório em que as oficinas são facilitadas é fator importante nesse processo educativo. As cadeiras são dispostas em formato circular com o objetivo de incentivar a participação de todas e de horizontalizar o ambiente, tornando o espaço mais dialógico e menos verticalizado.

Assim indica outra PLP menciona que o curso se dá num ambiente que busca desconstruir hierarquias entre as mulheres e trabalhar o empoderamento de cada uma de forma clara e acessível. Em suas palavras:

“PLP 3: [...] você não via diferença de uma estudante para uma dona de casa. Acho que a única coisa que elas mentalizavam era o empoderamento na mulher, na dona de casa para ela saber que ela tinha direito, e não só obrigação. [...] eu aprendia aqui de uma forma clara, nada de dificultoso para ninguém, muito bom, elas falavam de igual para igual, todas elas, e assim elas eram amigas mesmo.”

Os instrumentos de debates utilizados para facilitar as oficinas são muito diversos: filmes, leitura de pequenos textos, música, dinâmicas de corpo, montagem de cartazes, entre outros, sempre com o objetivo de servir como

instrumento de problematização e debate. A proposta do Curso é de, por meio destes mecanismos e formas de organização, possibilitar um ambiente horizontal onde a troca de saberes permanece como guia para a atuação ao longo do curso.

5. A luta por direitos: O projeto de Promotoras Legais Populares como espaço de promoção do protagonismo das mulheres.

O projeto de Promotoras Legais Populares tem como princípio ser uma ação afirmativa em gênero na medida em que é voltado somente para mulheres na perspectiva de que estas se descubram sujeitos na construção de seus direitos e todas as mulheres.

Assim, os Direitos trabalhados no curso são tratados a partir da transversalidade da temática de gênero que está relacionada à desigualdade específica existente na sociedade, relativa à construção de papéis sociais construídos histórico-culturalmente de forma diferenciada e hierárquica para homens e mulheres. Como defende Magendzo (1999, p. 4), “dizer que o gênero é transversal significa penetrar, desde esta ótica, uma série de outros temas como, por exemplo, a educação, o trabalho, a política, a literatura, etc. [...] Em outras palavras, atender ao específico, neste caso o gênero, não atenta contra a universalidade”.

Essa diferenciação hierárquica de papéis sempre teve o seu reflexo nos direitos os quais eram negados para mulheres. O reconhecimento de direitos para mulheres sempre dependeu de muitas mobilizações, como para a conquista dos direitos civis e políticos e trabalhista. Atualmente a luta se concentra na efetivação dos direitos já conquistados e na ampliação destes, em especial, no reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos. O direito a uma vida sem violência é o mais emblemático em relação aos direitos que necessitam ser efetivados.

Nos casos de violência doméstica contra as mulheres era comum que fossem tratados pela jurisdição interna brasileira apenas como “crimes passionais”, ou que fossem desconsiderados como crimes, por se tratar de assassinatos de mulheres por “legítima defesa da honra” do homem “traído”. Nos casos em que o Poder Judiciário acabava por condenar a violência, em especial após muita pressão dos movimentos feministas, a decisão entrava no ciclo moroso do sistema que impedia o cumprimento de pena por parte do condenado.

Neste contexto que foi denunciado a Corte Interamericana de Direitos Humanos o caso da Maria da Penha que, em 1983, sofreu dois atentados contra a sua vida promovidos pelo seu então marido. A demora de 18 anos para o Poder Judiciário proferir uma sentença definitiva é que embasou a denúncia contra o Estado Brasileiro. A Corte da OEA, em 2001, publicou a decisão sobre o caso no Relatório nº 54 no qual responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica, recomendando a condenação do agressor de Maria da Penha; o pagamento de uma indenização a ela; e a revisão das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulher.

Dessa forma, em 22 de setembro de 2006, foi criada a Lei nº 11.340 denominada por “Lei Maria da Penha”⁷ que é um dos dispositivos legais que melhor expressa o acúmulo das lutas do movimento feminista brasileiro. Esta lei é importante por trazer em seu bojo o reconhecimento da pauta da violência doméstica que desde a década de 1980 faz parte das reivindicações das mulheres por “democracia em casa e na rua”.

Todavia, as leis quando trabalhadas nos cursos de PLPs não podem ser tidas de maneira acrítica, pois as legislações tiveram um papel historicamente relevante na doutrinação dos corpos femininos. As leis apenas expressam o Direito das mulheres quando são construídas dentro de um processo

⁷ Informações sobre o caso e sobre a Lei Maria da Penha podem ser encontradas nas diversas cartilhas sobre a lei disponíveis no site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) www.spm.gov.br.

permanente e constantemente atualizado de reconhecimento das lutas por liberdade realizadas pelo movimento feminista.

Nesse processo, um dos primeiros passos é que as mulheres se reconheçam como sujeitos de direito, capazes de lutar pela sua positivação e concretização. Como diz uma das PLPs no grupo focal: PLP 2: “[...] a gente descobre dentro do curso de PLPs que a gente tem o direito a ter direitos e a buscar e a resgatar esses direitos. Tem ponto mais positivo do que isso?”.

Dentro desta noção que o curso de PLPs/DF tem como pretensão que as mulheres ali formadas se organizem coletivamente dando continuidade aos movimentos históricos feministas. Desde o terceiro ano do curso, assim, elas se organizam dentro do Fórum de Promotoras Legais Populares do Distrito Federal (Fórum de PLPs).

Atualmente, o Fórum tem como uma das principais atividades acompanhar as reuniões do Conselho de Direitos da Mulher do Distrito Federal onde há uma cadeira reservada para uma PLP; participação no Fórum de Mulheres do Distrito Federal; organização de passeatas principalmente nos dias 8 de março, data de que marca as lutas das mulheres; e a coordenação e realização de um projeto próprio que é o Vez e Voz.

O projeto “Vez e Voz” foi criado em 2013 por iniciativa de PLPs, liderada especialmente pela PLP Rosa Maria, moradora da cidade Águas Lindas de Goiás que fica no entorno do Distrito Federal e apresenta altos índices de pobreza e ausência de serviços públicos. Esta cidade se localiza também perto de rodovias e se tornou um local com grandes ocorrências de tráfico de pessoas, principalmente de mulheres e meninas para exploração sexual. O Estado de Goiás ocupa a primeira posição do ranking nacional de tráfico de pessoas. De acordo com dados de inquéritos apurados pela Polícia Federal, o estado goiano foi responsável, nesta década, por 140 (18,6%) dos 750 casos registrados em todo o País nesse período⁸.

⁸ Notícia “Goiás lidera o ranking de tráfico de pessoas no Brasil”, disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4801416-EI5030,00-Goiás+lidera+o+ranking+de+tráfico+de+pessoas+no+Brasil.html>, acesso em 04/06/2012.

Dessa forma, o projeto foi criado com o propósito de ser uma ação pedagógica nas escolas de ensino básico do Distrito Federal e Entorno, baseada no modelo de Paulo Freire de educação, para prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas. Os objetivos desse projeto são: construir espaços de diálogo sobre o tema tráfico de pessoas com adolescentes, professores/as, e comunidade nas escolas de ensino básico do Distrito Federal e Entorno; fazer levantamento sobre a realidade concreta de cada localidade da ação e debater sobre as vulnerabilidades que as pessoas destas localidades estão submetidas e que as tornam alvos de ação de grupos que realizam tráficos de pessoas; construir uma consciência sobre como funciona o tráfico de pessoas e prevenir que as pessoas possam vir a ser vítimas; e difundir os instrumentos de enfrentamento ao tráfico de pessoas para que as pessoas envolvidas na ação saibam identificar em suas comunidades realidades que envolvem este problema e saibam como atuar.

Portanto, a proposta das PLPs - seja por meio das inserções nos mais diversos movimentos sociais, no Projeto Vez e Voz, na representação das demandas das mulheres em diversos espaços de debates e construção política, dentre outros espaços - tem como objetivo conscientizar e potencializar processos de empoderamento coletivo entre mulheres, onde seja possível desenvolver continuidades nas lutas por direitos e sua implementação.

6. Uma educação jurídica crítica: o papel da extensão como transformação da Universidade

Para além desta atuação comunitária protagonizada pelas mulheres no curso, o projeto de PLPs/DF consegue promover diversas atividades dentro da própria Universidade que proporcionem a reflexão acerca da temática de gênero aprendida no diálogo realizado com as mulheres que fazem o curso de PLPs/DF.

Nesta direção, a realização do projeto de Promotoras Legais Populares no Distrito Federal como atividade extensionista pressupõe que o aprendizado promovido pelo diálogo realizado entre estudantes universitários e comunidade no espaço do curso seja transformado em conhecimento a ser disponibilizado e discutido no meio acadêmico.

Desse modo, o projeto se propõe a ter um espaço na Universidade de grupo de estudos com a leitura de textos que contribuam para a reflexão da experiência vivida junto às mulheres cursistas do PLPs/DF. Este grupo de estudos é composto por estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes unidades acadêmicas da UnB: Direito, Serviço Social, Sociologia, e já possuiu em sua composição estudantes de Educação, Biblioteconomia, Psicologia, Química, Antropologia, Relações Internacionais, que se organizam para debater e refletir sobre o que aprendem na prática extensionista na coordenação do curso de PLPs/DF.

Dessas reflexões já foram organizadas quatro semanas de debate sobre Gênero e Direito abertas a toda a comunidade acadêmica, além de terem sido publicadas dissertação, monografias, artigos acadêmicos sobre o projeto ou sobre a temática dos direitos humanos das mulheres; um manual sobre tráfico de pessoas, como material didático a ser trabalhado nos cursos de PLPs, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁹, uma revista sobre a experiência¹⁰, uma disciplina optativa (PAD) de “Gênero e Direito”, coordenada pelas integrantes do projeto de extensão, e um livro publicado em 2012 que terá a sua segunda edição como base de material pedagógico

⁹ MIRANDA, Adriana Andrade, Carolina Tokarski, Livia Gimenes, Márcia Vasconcelos, Raissa Rousseng e Talitha Selvati, **Cidadania e Direitos Humanos e Tráfico de pessoas – Manual para promotoras legais populares**, OIT, 2009. Disponível em www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=384

2ª versão ampliada e revisada, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/cidadania-direitos-humanos-e-trafico-de-pessoas-manual-para-promotoras-legais-populares-2-ed>

¹⁰ APOSTOLOVA, Bistra et al Revista “Direitos Humanos e Gênero: Promotoras Legais Populares”, Brasília: Universidade de Brasília, 2010, não indexado.

para um curso à distância de formação de pessoas que atuem no enfrentamento à violência contra a mulher¹¹.

Além dessa movimentação dentro da Universidade - no sentido de produções, eventos e de oxigenação da academia com a temática de gênero até então pouco explorada pela Faculdade de Direito da UnB - o projeto de extensão contribui para a formação das extensionistas possibilitando a elas a oportunidade de contrastar o conhecimento abstrato e distanciado da realidade propiciado pelos bancos universitários com os problemas concretos de mulheres de distintas idades, raças e classes sociais, com as quais constroem conhecimento fundado no real. Nesse sentido, uma das PLPs no grupo focal conta que:

“PLP 4: [...] na verdade, a gente [extensionistas] aprendia muito com as alunas [cursistas]. A gente aprendia do mundo, aprendia da realidade, que não era a realidade artificial da academia e a gente aprendia a tematizar coisas novas dentro do contexto delas e não abstratamente e tal, elucubrações teóricas.”

Da mesma forma, outra PLP complementa, em concordância à crítica à separação entre academia e mundo real, que:

“PLP 2: [...] Já ouvi isso de três pessoas, já tinham ouvido de duas, agora ouvi de você e fechou o ciclo então... Que você vai para um banco de faculdade e você vai aprender, mas você aprende teoria.”

O abismo entre o que circula na academia e a realidade social revela a ausência de contextualização na formação universitária (COSTA, 1992; GURGEL, 1986), o que contribui para que haja, no futuro, uma inadequação às funções que estes/as futuros/as profissionais irão desempenhar, neste caso, enquanto bacharéis/las em Direito (TOKARSKI, 2009).

¹¹ APOSTOLOVA, Bistra S.; SOUSA JUNIOR, José Geraldo; FONSECA, Livia Gimenes D., **Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. Brasília: Centro de Ensino a Distância da Universidade de Brasília (Cead/UnB), v.5, 2012(série O Direito Achado na Rua),.

A formação jurídica tradicional reflete uma construção de subjetividades pouco sensíveis aos problemas sociais justamente por essa forjada separação entre o que se ensina nos bancos acadêmicos e o que se vivencia. Há uma postura de intocabilidade da Universidade, em especial das Faculdades de Direito¹², aos temas da desigualdade social e aos problemas vivenciados pela população que a cerca (COSTA, 1992; GURGEL, 1986; RIBEIRO, 1989).

O projeto de extensão das PLPs/DF vem nesse sentido de desconstruir uma trajetória de afastamento, para possibilitar a própria crítica à Universidade e ao direito concebido apenas em bibliotecas (LYRA FILHO, 2005). Nesse sentido, o contato com mulheres de diversas localidades e com vivências diversas é um dos caminhos para potencializar esse objetivo, como demonstra uma das PLPs/DF no grupo focal ao dizer que

“PLP5: [...] Esse relacionamento de pessoas, mulheres que estão estudando Direito com uma mulher que não sabe nem escrever o nome. Eu achei isso bacana. Esse choque que aqui dentro não tem separação, aqui todo mundo se junta, aqui todo mundo é mulher, todo mundo está buscando melhorar o nosso convívio na sociedade.”

Esse diálogo com a diversidade e aproximação entre abstrato e real busca concretizar o que Ribeiro (1986, p. 15) clamou como sendo uma responsabilidade da Universidade de Brasília, qual seja, a “de que o Saber não seja inútil, mas sirva ao seu povo e ao seu tempo” (RIBEIRO, 1986, p. 15).

Conclusão

Este artigo buscou expor, por meio dos aportes teóricos e das falas coletadas no grupo focal, de que maneiras o Projeto das PLPs se constitui como uma experiência que busca estreitar as relações entre a comunidade e a universidade numa tentativa de construção de um modelo educacional que

¹² Mais informações sobre o processo de formação das Faculdades de Direito no Brasil, ver COSTA (1992).

seja emancipatório e democrático. Nesse sentido, o artigo debateu três aspectos centrais em torno da construção desse projeto de universidade.

O primeiro deles, qual seja, as tentativas de criação de um espaço de troca de saberes indicam conexões com a proposta metodológica do curso de PLPs que embasa a dinâmica de cada oficina no pilar paulofreiriano da dialogicidade. Os círculos de cultura, a posição mediadora e questionadora dos/as oficineiros/as, bem como a possibilidade de as cursistas deixarem um papel passivo na educação para assumirem posturas de troca, como menciona uma das PLPs no grupo focal.

Em seguida, foi possível adentrar como o projeto aborda a temática da luta por direitos. Nesse aspecto, uma das falas advindas do grupo focal revela essa dimensão do curso como um meio para empoderamento das mulheres, onde elas se reconheçam como sujeitos de direitos. Ao lado dos debates no curso também se inclui nesse eixo a integração do Fórum de PLPs ao curso e a criação do Projeto Vez e Voz como uma expressão concreta da luta por direitos ligados à temática de gênero.

Por fim, um terceiro ponto abordou a proposta de construção de uma educação jurídica crítica que aparece nas falas como esse cruzamento entre a apreensão abstrata de conteúdos e a aplicação da realidade concreta. Nesse sentido, a aproximação entre universidade e comunidade permite, como debatido no grupo focal, um retorno aos próprios bancos da academia para repensar de que forma tem sido construído conhecimento nas Faculdades de Direito e problematizar a produção de saberes que não sirvam à população que cerca as universidades.

Como possibilidades metodológicas para prosseguimento desta pesquisa, entendemos que a utilização do grupo focal permitiu de forma positiva criar um ambiente de fala confortável para as PLPs dialogarem entre si em formato similar ao que já estão acostumadas enquanto militantes do Fórum e ex-cursistas. Avaliamos que esse contexto contribuiu para a exposição de relevantes pontos em comum entre mulheres diferentes, porém de perfil

específico, qual seja, o da continuidade na militância feminista. Entendemos que é preciso posteriormente contatar PLPs que tenham seguido outros caminhos, assim como é importante mesclar outras metodologias – como entrevistas individuais – que permitam expressões talvez mais diversificadas, trabalho este a ser feito e complementado na pesquisa descrita na nota de rodapé nº7. De qualquer forma, o grupo focal permitiu identificar importantes tendências entre mulheres que seguem participando Fórum de PLPs.

A partir dessas reflexões, este artigo lança olhares sobre as potencialidades do Projeto de extensão das PLPs, como uma experiência de produção de conhecimento acerca do Direito que tem no povo e, no caso, nas mulheres, um agente essencial no processo de transformação da universidade como uma peça social contextualizada na cotidiana luta e afirmação de direitos. A importância da apresentação deste projeto é que este se mostra como uma alternativa contra hegemônicas de acesso a justiça (SANTOS, 2011, p. 58-59) que permite vislumbrarmos as possibilidades de atuação do Direito para além das noções limitadoras do positivismo e do jusnaturalismo em termos democráticos.

Referências Bibliográficas

APOSTOLOVA, Bistra S.; SOUSA JUNIOR, José Geraldo; FONSECA, Livia Gimenes D., **Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. Brasília: Centro de Ensino a Distância da Universidade de Brasília (Cead/UnB), v.5, 2012. (série O Direito Achado na Rua).

APOSTOLOVA, Bistra et al **Revista Direitos Humanos e Gênero: Promotoras Legais Populares**, Brasília: Universidade de Brasília, 2010, não indexado.

COSTA, Alexandre Bernardino; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de; BICALHO, Mariana de Faria. **O Direito Achado na Rua: 25**

anos de experiência de extensão, Revista Participação, Revista DEX. n. 18, UnB. Brasília, 2010.
http://www.revistaparticipacaodex.unb.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=4&Itemid=5.

COSTA, Alexandre Bernardino. **Ensino jurídico: disciplina e violência simbólica**. Dissertação (Mestrado em Direito) – UFSC, Florianópolis, 1992.

COSTA, Bruna S.; LIMA, Fernanda T. P.; MENDES, Juliana M.; SENRA, Laura C. de M.; SANTOS, Luna B. P.; RABELO, Mariana C.; COSTA, Renata Cristina de F. G. **Direito, emancipação e cidadania: a experiência do projeto Promotoras Legais Populares no embate à violência contra a mulher e na transformação de realidades**. Revista Participação, nº 15. Revista do DEX. UnB. Brasília, 2009. Disponível em <http://seer.bce.unb.br/index.php/participacao/article/view/6013/4972>.

CORREIA, Ludmila Cerqueira; SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de (orgs.). **Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba: sustenta a pisada**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DIAS, C. A. **Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. Informação & Sociedade**, 10(2), 2000. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/1494039227?accountid=26646>, acesso em 28, jun, 2014.

DUQUE, Ana Paula Del Vieira; Luana Medeiros Weyl; Lucas Ferreira Cacao de Sousa; Nuni Vieira Jorgensen. **Promotoras Legais Populares: Repensando Direito e Educação para o empoderamento das mulheres**. Em **Revista Direito**

e **Sensibilidade**, vol. 1, n. 1, 2011, disponível em <http://seer.bce.unb.br/index.php/enedex/article/view/4311>

DUQUE, Ana Paula Del Vieira; Anna Beatriz Parlato de Lima, Cíntia Mara Dias Custódio, Luana Medeiros Weyl, Lucas Ferreira Cacao de Sousa, Luiza Rocha Jacobsen, Nuni Vieira Jorgensen. **Direito e Gênero: o Projeto Promotoras Legais Populares e sua orientação à emancipação feminina**. Em **Revista Direito E Práxis**, vol. 2, n. 1, 2011, disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/153>

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 29ª edição, 2006.

_____. **Extensão ou comunicação?**. tradução de Rosisca Darcy de Oliveira/prefácio de Jacques Chonchol, 13ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FONSECA, Livia Gimenes Dias da. **A luta pela liberdade em casa e na rua: a construção do Direito das mulheres a partir do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GIBBS, Graham R. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2009.

GIROUX, H. A. **Neoliberalism, Corporate Culture, and the Promise of Higher Education: The University as a Democratic Public Sphere**. *Harvard Educational Review*, Cambridge, v. 72, n. 4, p. 425-463, 2002.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

GUSTIN, M. B. de S. (Re) pensando a inserção da Universidade na sociedade brasileira atual. In: José Geraldo de Sousa Jr. [et. al.] (Orgs.). **Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade.** Porto Alegre: Síntese, 2004.

KONDER, L. **O que é Dialética**, São Paulo: Brasiliense, 2005. (coleção primeiros passos, nº 23).

LYRA FILHO, R. Direito e lei. In: **Introdução crítica ao Direito**, série O Direito Achado na Rua, v.1, 4ªed., Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

_____. **Para um Direito sem dogmas**, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1980.

_____. **O que é Direito?**, São Paulo: Brasiliense, 2005 , 12a reimpr. da 17a ed. de 1995 (col. primeiros passos; 62).

_____. Humanismo dialético. In: **Direito e Avesso – Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira**, Brasília, Edições Nair Ltda., Ano II, nº 3, janeiro-julho, 1983

MAGENDZO, A. K. **Educación en derechos humanos en América latina: temas, problemas y propuestas. Una síntesis analítica de la reunión de Lima.** Tradução livre. Consultor IIDH, Dic. 1999.

MIRANDA, Adriana Andrade, Carolina Tokarski, Livia Gimenes, Márcia Vasconcelos, Raissa Rousseng e Talitha Selvati, **Cidadania e Direitos Humanos e Tráfico de pessoas – Manual para promotoras legais populares**, OIT, 2009. Disponível em www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=384

2ª versão ampliada e revisada, disponível em:
<http://www.oitbrasil.org.br/content/cidadania-direitos-humanos-e-traffic-de-pessoas-manual-para-promotoras-legais-populares-2-ed>.

MIRANDA, Adriana Andrade; PAIXÃO, Cristiano; SÁ e SILVA, Fabio Costa de; SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **Observar a Justiça: Pressupostos para a criação de um Observatório da Justiça Brasileira**. Observatório do Judiciário. Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ). nº 15. 2009 (Série Pensando o Direito).

RIBEIRO, D. **Universidade para quê?** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; ALMEIDA FILHO, N. de. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008. Disponível em:
<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 4 de julho de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. Coimbra, 2002. Disponível em:
<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 3 de julho de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA JUNIOR, J. G. Função social do advogado. In: **Introdução crítica ao Direito**, série O Direito achado na rua, v. 1, 4ª ed., 1993.

WALSCH, C. Lo Pedagógico y Lo Decolonial: Entretejiendo Caminos. In: WALSCH, C. (Ed.). **Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. 23-68.